



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO JEQUITINHONHA E MUCURI
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA
BIANCA DA SILVA SILVEIRA BRITO

**PROFESSORES DE APOIO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
Uma Análise Documental sobre Direitos, Desafios e Contribuições**

**FRANCISCO SÁ – MG
2025**

Bianca da Silva Silveira Brito

**PROFESSORES DE APOIO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
Uma Análise Documental sobre Direitos, Desafios e Contribuições**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para obtenção do Diploma de
Graduação em Licenciatura em Pedagogia
na modalidade à distância, à Universidade
Federal dos Vales do Jequitinhonha e
Mucuri

Área de Concentração: Educação

Orientadora: Profa Dra Kyrleys Pereira
Vasconcelos

FRANCISCO SÁ – MG

2025

Bianca da Silva Silveira Brito

**PROFESSORES DE APOIO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
Uma Análise Documental sobre Direitos, Desafios e Contribuições**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa Dra. Kyrleys Pereira Vasconcelos

Profa Ms Jéssica Nayara do Nascimento

Profa. Ms Iracema Neves Lima

Francisco Sá – MG, dezembro de 2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Pai Celestial pela força, sabedoria e constância concedidas ao longo desta jornada, permitindo-me avançar mesmo diante das adversidades.

Registro minha gratidão aos meus pais e ao meu irmão pelo amor incondicional. Ao meu marido, agradeço pela compreensão, paciência, pelo incentivo e por acreditar em meu potencial.

Ademais, manifesto meu sincero reconhecimento à minha orientadora, Dra. Kyrleys Pereira Vasconcelos, cuja dedicação, competência e orientação foram fundamentais para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

Por fim, recorro à reflexão de Augusto Cury, que inspira este percurso: *“Educar é semear com sabedoria e colher com paciência.”* Que a persistência seja sempre superior à vontade de desistir.

**PROFESSORES DE APOIO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
Uma Análise Documental sobre Direitos, Desafios e Contribuições**

RESUMO

Este estudo analisa a atuação dos professores de apoio na educação inclusiva, com foco nos anos finais do ensino fundamental, a partir de um levantamento bibliográfico e documental realizado entre 2020 e 2025. O objetivo foi compreender como legislações, políticas públicas e produções acadêmicas caracterizam os direitos, as atribuições e os principais desafios enfrentados por esses profissionais no contexto escolar. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, baseou-se na revisão de literatura, na análise de documentos oficiais e na organização dos achados em três eixos centrais: formação e capacitação profissional, condições de trabalho e estratégias pedagógicas para a inclusão. Os resultados revelam que, embora as normativas brasileiras - como a LDB, a Política Nacional de Educação Especial e a Lei Brasileira de Inclusão - sustentem a importância do professor de apoio, persistem lacunas significativas relacionadas à formação continuada, à delimitação das funções e à garantia de condições adequadas de trabalho. Observou-se também que práticas colaborativas, especialmente à docência compartilhada, contribuem de forma expressiva para o acesso, a participação e o desenvolvimento dos estudantes público-alvo da educação especial. Conclui-se que o fortalecimento da inclusão escolar depende de políticas formativas específicas, de regulamentações claras que definam a atuação do professor de apoio e de investimentos institucionais que assegurem práticas pedagógicas efetivas, capazes de promover uma educação mais equitativa e inclusiva.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Professor de Apoio; Políticas Educacionais; Anos Finais do Ensino Fundamental; Formação Docente.

LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

CF/88 – Constituição Federal de 1998

LBI – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PAEBs – Educação Bilíngue de Surdos

PAEE – Público-Alvo da Educação Especial

PNE – Plano Nacional de Educação

PNEE – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

TEA – Transtorno do Espectro Autista

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 7 |
| 1. REVISÃO DE LITERATURA..... | 9 |
| 1.1 A Educação como Direito | 9 |
| 1.2 O Marco Legal da Educação Especial no Brasil..... | 11 |
| 1.3 A Figura do Professor de Apoio: Definições e Atribuições | 14 |
| 2. METODOLOGIA..... | 17 |
| 3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS..... | 19 |
| 3.1 Categoria 1: Formação e Capacitação Profissional..... | 20 |
| 3.2 Categoria 2: Condições de Trabalho e Atribuições..... | 21 |
| 3.3 Categoria 3: Estratégias Pedagógicas e Inclusão Efetiva | 22 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 24 |
| 5 REFERÊNCIAS..... | 25 |

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos pilares das políticas educacionais brasileiras, assegurando o direito de todos os estudantes à aprendizagem e à participação plena no ambiente escolar. Nesse cenário, o professor de apoio assumiu um papel essencial na promoção da equidade e na efetivação das práticas inclusivas, atuando diretamente no atendimento aos alunos público-alvo da educação especial e contribuindo para a construção de uma escola mais justa, democrática e acessível.

Apesar desses avanços normativos e pedagógicos, a atuação do professor de apoio nos anos finais do ensino fundamental permaneceu pouco explorada. Trata-se de uma etapa caracteriza-se por desafios, como a maior complexidade dos conteúdos e a necessidade de articulação entre diferentes disciplinas e modos de aprender. Além disso, persistiram lacunas quanto à definição clara das atribuições desses profissionais, às condições de trabalho oferecidas e à disponibilidade de formação continuada – fatores que impactam diretamente a qualidade do atendimento educacional.

Diante desse contexto, esta pesquisa propôs-se a analisar documentalmente as políticas públicas, legislações e diretrizes que definiram a atuação dos professores de apoio na rede de ensino, com foco nos anos finais do ensino fundamental, no período de 2020 a 2025. Buscou-se compreender de que forma os documentos oficiais e a produção acadêmica abordaram os direitos, os desafios e as contribuições desses profissionais para a efetivação da educação inclusiva.

Dessa forma, o objetivo primordial desta investigação consistiu em analisar, com base em artigos, teses e documentos oficiais, as políticas educacionais e legislações que regulamentam a atuação dos professores de apoio nos anos finais do ensino fundamental, considerando seus direitos, responsabilidades e desafios. Especificamente, buscou-se identificar as principais normas e diretrizes referentes a essa função, analisar as atribuições e condições de trabalho dos profissionais, mapear os principais desafios enfrentados e avaliar suas contribuições para a consolidação de uma escola inclusiva, comprometida com a valorização docente.

Com essa análise, almejou-se contribuir para o fortalecimento das políticas de inclusão escolar, ampliando a compreensão sobre o papel do professor de apoio,

destacando sua importância para a construção de práticas pedagógicas mais equitativas, participativas e transformadoras.

1 REVISÃO DA LITERATURA

A educação inclusiva, reconhecida como um direito humano fundamental, tem sido respalda por diversas normativas brasileiras, dentre as quais se destacam: a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008); a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015); e o recente Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.

Tais dispositivos legais oferecem bases para a organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e definem as atribuições do profissional de apoio, figura central na promoção da inclusão escolar efetiva. Autores como Mantoan (2003), Carvalho (2009) e Silva (2023) destacam que esse professor atua como mediador das interações, colaborador na adaptação de estratégias pedagógicas e facilitador da autonomia dos estudantes público-alvo da educação especial. Nos anos finais do ensino fundamental, sua atuação se torna ainda mais desafiadora, dada a maior complexidade dos conteúdos curriculares e a necessidade de assegurar práticas pedagógicas acessíveis, inclusivas e equitativas em um ambiente historicamente marcado por exigências acadêmicas e estruturais específicas.

Desta forma, este item tem por objetivo analisar o conceito e as principais atribuições do professor de apoio, fundamentando-se na produção acadêmica da área e na legislação vigente, a fim de contribuir para a compreensão e o aprimoramento das práticas inclusivas no contexto das escolas brasileiras.

1.1 A Educação como Direito

Inicialmente, é oportuno salientar que a educação pode ser compreendida como o processo pelo qual as crianças são preparadas para a vida em sociedade, configurando-se, conforme assinala Durkheim (1978), como uma ação exigida e orientada pela própria organização política e social.

Nessa perspectiva, a educação constitui instrumento fundamental para ampliar a capacidade humana de compreender o ambiente sociocultural no qual está inserido. Destarte, Paulo Freire (1996) enfatiza essa compreensão ao destacar que,

por meio da educação, o indivíduo torna-se capaz de intervir na realidade – tarefa substancialmente mais complexa e transformadora do que simples adaptação a ela.

De modo complementar, Brandão (1981) defende que a educação está presente em todos os espaços da vida cotidiana – na casa, na rua, na igreja ou na escola – constituindo um processo contínuo em que todos ensinam e aprendem, vivenciando diferentes formas de educação ao longo da vida.

Constata-se, portanto, que Durkheim (1978), Freire (1996) e Brandão (1981) convergem ao conceber a educação como um processo abrangente, inerente à vida em sociedade, configurando-se como uma relação social e, portanto, componente essencial da sociabilidade humana. Na sociedade contemporânea, as instituições escolares passaram a ocupar lugar central no desenvolvimento da atividade educativa, tornando-se espaços privilegiados para a formação, a socialização e a produção de novos saberes.

Todavia, compreender o significado não é suficiente: é igualmente imprescindível conhecer as garantias legais que a estruturam. A Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Ademais, os maiores avanços normativos relacionados à educação no Brasil consolidaram-se a partir da Constituição Federal de 1988, especialmente no Capítulo II–Dos Direitos Sociais, cujo artigo 6º dispõe:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988, p.18).

Não obstante, a Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo III — Da Educação, da Cultura e do Desporto, mais especificamente na Seção I, dedicada à educação, estabelece, no artigo 208, que o dever do Estado com a educação será assegurado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

Concluir-se, portanto, que educação se revela como um processo contínuo e indispensável à vida em sociedade, capaz de promover o desenvolvimento integral do indivíduo e possibilitar sua participação ativa na construção da realidade em que está inserido. Para além de um direito garantido pela legislação, configura-se como instrumento de transformação social e de fortalecimento da cidadania, consolidando-se como base essencial para a formação humana e para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

1.2 O Marco Legal da Educação Especial no Brasil

A Educação Inclusiva representa um movimento de transformação em direção a uma sociedade mais equitativa, constituindo-se como um processo que amplia a participação de todos os estudantes no ensino regular. Essa perspectiva implica a reestruturação da cultura escolar, das práticas pedagógicas e das políticas institucionais, de modo a atender à diversidade presente no ambiente educacional.

Para Stainback e Stainback (1999), a educação inclusiva consiste na prática de garantir que todos os estudantes – independentemente de suas habilidades, condições físicas, origem social ou contexto cultural – tenham acesso às escolas e às salas de aula comuns, em ambientes que assegurem o atendimento às suas necessidades específicas.

Nesse íterim, o artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) define a educação especial como uma modalidade da educação escolar ofertada preferencialmente na rede regular de ensino, destinada

aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Ademais, a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) assegura acesso de estudantes com diferentes tipos de deficiência - intelectual, física, sensoriais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação – ao ensino regular, desde a educação infantil até a educação superior.

Ao analisar as garantias previstas nos artigos 58 e 59 da LDB, ambos inseridos no Capítulo V- Da Educação Especial, observa-se que tais dispositivos normativos buscam priorizar a inserção de alunos com deficiência na convivência escolar, orientando práticas e políticas voltadas à efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Vejamos:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996).

A partir desses fundamentos legais, percebe-se que a educação inclusiva no Brasil busca assegurar que todos os estudantes, independentemente

especificidades, tenham acesso a um ensino de qualidade, pautada na equidade e pelo respeito à diversidade.

Nesse contexto, o Plano Nacional de Educação, por meio de sua Meta 4, estabelece o compromisso de assegurar o acesso, a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial (PAEE) e da educação bilíngue de surdos (Paeb), em todos os níveis e modalidades de ensino. Em consonância com essa diretriz, o Plano Decenal de Educação para Todos, juntamente com suas estratégias voltadas à educação das pessoas com deficiência, propõe a implementação de programas de intervenção precoce, com o propósito de universalizar o acesso e garantir a permanência desses educandos na educação básica, preferencialmente em classes comuns da rede regular.

Essas políticas incluem a criação de salas de recursos e outros espaços especializados, tanto em instituições públicas quanto privadas, além do estabelecimento de parcerias intersetoriais com as áreas da saúde e da assistência social, visando à identificação das necessidades específicas dos estudantes e à oferta de suporte adequado por meio de adaptações curriculares e suplementações pedagógicas (BRASIL, 2024).

Importante destacar, ainda, a Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com deficiência (Lei nº. 13.146/2015), que reafirma o direito à inclusão em sua plenitude e a necessidade de assegurar sua continuidade, garantindo qualidade, equidade e participação social. Vejamos:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, p. 2).

Diante dos argumentos apresentados, conclui-se que a educação inclusiva no Brasil representa um avanço significativo na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, ao reconhecer e valorizar a diversidade presente no ambiente escolar. As legislações e políticas públicas- como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Plano Nacional de Educação e a Lei Brasileira de Inclusão -

estabelecem diretrizes que asseguram o acesso, a permanência e a aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na rede regular de ensino.

1.3 A Figura do Professor de Apoio: Definições e Atribuições

O professor de apoio desempenha um papel essencial no contexto da educação inclusiva, atuando como mediador do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais específicas. Sua função ultrapassa o atendimento individualizado, estendendo-se à colaboração direta com o professor regente na construção de práticas pedagógicas acessíveis, na adaptação curricular e na promoção da participação plena de todos os alunos nas atividades escolares.

Nesse sentido, Jiménez (1997, p.48) destaca que o professor de apoio "é aquele que dedica a sua atenção profissional ao aluno com necessidades especiais, integrados em escolas de ensino regular", ressaltando o caráter colaborativo dessa atuação. Assim, sua função envolve não apenas o acompanhamento ao estudante, mas também o apoio à equipe docente por meio de adaptações de materiais, mediação de estratégias pedagógicas e desenvolvimento de práticas que favoreçam a autonomia e a participação ativa dos alunos.

De acordo com Pereira Neto (2009), o professor de apoio deve ser um profissional habilitado ou especializado em educação especial, com competência para atuar junto a estudantes que necessitam de suporte contínuo e intensivo nas turmas do ensino regular. Compete ao professor de apoio oferecer suporte não apenas ao aluno, mas também ao professor regente e à equipe pedagógica assegurando condições adequadas para o atendimento educacional. Para isso, torna-se indispensável que domine conhecimentos específicos, como códigos de linguagem, recursos de acessibilidade e estratégias que favoreçam o aprendizado dos conteúdos escolares por alunos com deficiência.

Carvalho (2009, p. 36) acrescenta afirmando que esse docente "constitui-se em um interlocutor privilegiado do professor do ensino regular, sendo a colaboração entre os dois, fundamental para o sucesso escolar dos alunos com deficiências, ou de outros em situação de risco [...]" reforçando a relevância desse profissional como agente articulador no processo educacional.

No tocante às atribuições do professor de apoio, Silva e Maciel (2005) destacam que ele deve desenvolver competências que lhe permitam identificar as necessidades educacionais específicas dos estudantes e oferecer suporte ao docente da classe regular na elaboração e implementação de estratégias pedagógicas adequadas. Acrescenta Silva e Maciel (2005), acerca do professor de apoio, que entre suas responsabilidades, incluem-se o planejamento de ações que atendam às diferentes demandas dos alunos, por meio de adaptações curriculares, flexibilizações e metodologias alternativas que favoreçam o processo de aprendizagem. Para estudantes com deficiência intelectual, sua atuação deve complementar o trabalho do professor regente, integrando-se ao planejamento geral das aulas e das disciplinas, de modo a evitar intervenções isoladas ou desvinculadas do contexto pedagógico.

Ademais, conforme estabelece o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025 – que instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva – as atribuições do profissional de apoio tornando-se ainda mais amplas e estruturadas, contribuindo para a efetivação dos princípios inclusivos. O documento define que esse profissional deve atuar: e garantindo suporte adequado aos estudantes público-alvo da educação especial.

Art. 14. Ao profissional de apoio escolar compete atuar em consonância com o PAEE e com o PEI:

I - na locomoção, no acesso e na participação dos estudantes em todos os espaços e atividades pedagógicas;

II - na higiene e na alimentação, guardando o respeito ao corpo e à privacidade, ao tempo e às escolhas dos estudantes;

III - na interação social e na comunicação, a partir do reconhecimento das diferentes formas de expressão dos estudantes e da pluralidade dos meios e modos de comunicação; e

IV - na utilização de eventuais tecnologias e recursos auxiliares desenvolvidos pelo AEE, de modo a favorecer o convívio entre pares e a livre expressão dos estudantes nas atividades e nos espaços escolares.

Além disso, o decreto determina que o profissional de apoio deve atuar em todas as atividades escolares, articulando-se com a equipe pedagógica sempre que necessário, e que sua oferta independe de diagnóstico ou laudo emitido por profissionais da saúde (BRASIL, 2025).

Compreende-se, portanto, que a atuação do professor de apoio envolve um conjunto de competências específicas, voltadas para o atendimento às necessidades individuais dos estudantes público-alvo da educação especial. Sua prática exige o uso de recursos, estratégias e metodologias que assegurem a qualidade do processo de

aprendizagem, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos e garantindo a participação efetiva no contexto escolar. Trata-se, assim, de um profissional indispensável para a consolidação de uma educação inclusiva que respeite a singularidade, fortaleça a autonomia e assegure o direito de aprender de todos os estudantes.

2 METODOLOGIA

A pesquisa ora apresentada foi desenvolvida com base em uma abordagem de investigação bibliográfica, a qual, conforme ressalta Gil (2010), possibilita ao pesquisador acessar uma ampla diversidade de materiais e fenômenos, permitindo um alcance investigativo muito superior ao obtido por meio da pesquisa de campo direta. Trata-se de um estudo qualitativo, de natureza exploratória e classificado como pesquisa básica, cujo propósito é produzir novos conhecimentos e preencher lacunas existentes na literatura acerca do tema investigado. Para tanto, adotou-se como procedimento técnico o levantamento bibliográfico-documental, aliado à análise de conteúdo proposta por (Bardin, 2011).

A investigação fundamentou-se na análise de materiais publicados em livros, artigos científicos, teses, dissertações, anais de eventos acadêmicos, além de legislações, decretos e demais documentos oficiais pertinentes ao tema. O referencial teórico foi composto a partir de produções que discutem a educação inclusiva e a atuação do professor de apoio, considerando o período de 2020 a 2025, por um recorte temporal recente e relevante para a compreensão da configuração contemporânea dessa função no contexto escolar.

A análise documental incluiu a consulta a normativas federais, tais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei Brasileira de Inclusão e o Plano Nacional de Educação, bem como decretos e políticas nacionais relacionadas ao objeto da pesquisa. Paralelamente, realizou-se levantamento bibliográfico nas bases Scielo e Portal de Periódicos CAPES, utilizando as seguintes palavras-chave: “professor de apoio”, “educação inclusiva”, “anos finais do ensino fundamental” e “atendimento educacional especializado”.

Ao todo, foram identificados 07 (sete) materiais, sendo 02 (dois) provenientes da base Scielo e 05 (cinco) do Portal CAPES, o que evidencia a escassez de produções específicas sobre a temática. Após a leitura preliminar, foram estabelecidos critérios para inclusão com vistas a responder ao problema central da pesquisa: identificar os principais desafios na atuação do professor de apoio frente à efetivação da educação inclusiva nos anos finais do ensino fundamental. Assim, 05 (cinco) artigos atenderam aos critérios estabelecidos e foram selecionados; os 02 (dois) demais foram excluídos por não contemplarem os objetivos do estudo.

Os cinco artigos escolhidos compõem o corpus analítico que fundamenta a seção de Análise e Discussão dos Resultados, e serão apresentados na Tabela 1, acompanhados das justificativas que fundamentaram sua inclusão, a fim de proporcionar uma compreensão aprofundada dos desafios vivenciados pelos professores de apoio no contexto escolar inclusivo.

Por fim, destaca-se que os procedimentos de análise foram conduzidos por meio de leitura flutuante dos artigos selecionados, permitindo a definição de três categorias analíticas derivadas do referencial teórico: (1) Formação e Capacitação Profissional; (2) Condições de Trabalho e Atribuições; e (3) Estratégias Pedagógicas e Inclusão Efetiva. Essas categorias serão detalhadas na próxima seção.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para compreender de forma sistemática os principais desafios que envolvem a atuação do professor de apoio nos anos finais do ensino fundamental, procedeu-se à categorização da produção acadêmica e documental selecionada. Essa esta possibilitou identificação de recorrências temáticas, convergências teóricas e lacunas presentes nos estudos analisados, possibilitando uma leitura mais crítica aprofundada das contribuições disponíveis no período de 2020 a 2025. Assim, a organização dos materiais constituiu um instrumento essencial para delimitar o estado da arte sobre o tema e orientar a construção das categorias analíticas discutidas posteriormente. A seguir, apresenta-se a Tabela 1, que sintetiza os materiais examinados e detalha os critérios utilizados para sua inclusão no corpus da pesquisa.

Tabela 1: Categorização da Produção Acadêmica e Documental sobre o Professor de Apoio (2020-2024)

| Categoria de Análise | Autor/ Fonte (Ano) | Principais Evidências/Argumentos | Relação com o Marco Legal |
|-----------------------------------|----------------------------|--|---|
| 1. Formação e Capacitação | Silva (2023) | Aponta carência de formação específica para atuação nos anos finais. | Dialoga com a LDB (Art. 59, III) que prevê professores "capacitados". |
| | Bispo (2023) | Discute a baixa autoeficácia de professores com alunos TEA. | Contrasta com o ideal de formação do PNE (2024). |
| 2. Condições de Trabalho | Lopes; Mendes (2021) | Identifica precarização e sobrecarga de funções. | Evidencia o distanciamento entre a LBI (2015) e a prática. |
| | Ziliotto & Burchert (2020) | Mostra atribuições multifuncionais e falta de clareza. | Relaciona-se com a necessidade de regulamentação (Decreto 12.686/2025). |
| 3. Estratégias Pedagógicas | Ribeiro (2022) | Mapeia procedimentos de ensino em docência compartilhada. | Exemplifica a operacionalização do atendimento previsto na PNEE (2008). |

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

A partir da organização apresentada na Tabela 1, foi possível delinear um panorama claro das contribuições teóricas e empíricas acerca da atuação do professor de apoio. A categorização dos estudos permitiu identificar elementos recorrentes nas publicações analisadas, bem como evidenciar lacunas importantes na literatura recente. Essa síntese inicial orientou a definição das três categorias de análise discutidas nas subseções seguintes, possibilitando uma interpretação mais aprofundada sobre as condições de trabalho, os desafios enfrentados e as estratégias pedagógicas mobilizadas por esses profissionais no cotidiano escolar. Assim, a análise que segue busca articular criticamente os achados da produção acadêmica com as diretrizes legais e com os pressupostos que fundamentam a educação inclusiva.

3.1 Categoria 1: Formação e Capacitação Profissional

A primeira categoria de análise concentra-se na formação e capacitação dos docentes que atuam na educação inclusiva, especialmente nos anos finais do ensino fundamental. Considerando a qualidade do atendimento aos estudantes público-alvo da educação especial depende diretamente da preparação técnica e pedagógica dos professores, esta categoria busca examinar como a literatura recente tem abordado os desafios, lacunas e avanços relacionados à qualificação desses profissionais, bem como suas implicações para a efetivação de práticas inclusivas o cotidiano escolar.

A análise dos estudos de Silva (2023) e Bispo (2023) revela um cenário preocupante que se refere à formação profissional dos docentes que atuam na educação especial nessa etapa de ensino. Silva (2023) aponta que ainda há uma carência significativa de formação continuada voltada aos professores da sala comum que atendem estudantes público-alvo da educação especial, evidenciando fragilidades tanto no domínio teórico quanto nas práticas pedagógicas inclusivas. Embora o artigo 59, inciso II, da LDB, assegure a oferta da especialização adequada para atuação nesse campo, as formações ofertadas pelas redes de ensino ainda se concentram majoritariamente nos anos iniciais, deixando descobertos os docentes que lidam com os desafios específicos da inclusão nos anos finais do ensino fundamental.

Na mesma direção, o estudo de Bispo (2023), ao investigar a prática docente junto aos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), identifica baixos níveis autoeficácia entre os professores entrevistados. Os docentes relatam insegurança, falta de preparo e desconhecimento de estratégias adequadas para o trabalho pedagógico com estudantes com TEA, além de pouca participação em formações específicas e dificuldades para responder às demandas cotidianas da inclusão escolar.

Dessa forma, constata-se que ambos os estudos evidenciam um descompasso entre realidade vivenciada pelos docentes com os princípios estabelecidos em políticas nacionais, como o Plano Nacional de Educação, que prevê formação continuada e adequada para o atendimento à diversidade nas escolas. Em síntese, os achados sugerem que a capacitação dos professores ainda não acompanha a complexidade exigida pela atuação inclusiva nos anos finais do ensino fundamental, evidenciando a necessidade de fortalecer políticas públicas de valorização profissional, ampliar a oferta de cursos específicos e promover maior articulação entre teoria e prática pedagógica. Somente com tais avanços será possível consolidar uma inclusão efetiva e garantir o desenvolvimento pleno de todos os estudantes.

3.2 Categoria 2: Condições de Trabalho e Atribuições

A segunda categoria aborda as condições de trabalho e as atribuições do profissional de apoio, destacando como a falta de regulamentação clara, a sobrecarga de funções e a precarização laboral influenciam diretamente a qualidade do atendimento inclusivo e o desenvolvimento de suas práticas no ambiente escolar.

A análise dos estudos de Lopes e Mendes (2021) e Ziliotto e Burchert (2020) evidencia que as condições de trabalho e as atribuições dos profissionais de apoio à inclusão escolar permanecem marcadas por precarização, sobrecarga e indefinições. Lopes e Mendes (2021) mostram que, nas redes públicas brasileiras, esses profissionais são frequentemente convocados a suprir demandas múltiplas, que vão desde a promoção da participação dos estudantes público-alvo da educação especial até o manejo de comportamentos desafiadores, além de cuidados básicos de higiene, alimentação e locomoção. Em muitos casos, assumem funções que

deveriam ser desempenhadas por equipes multidisciplinares ou acabam atuando em substituição ao trabalho docente, evidenciando fragilidade na delimitação de suas atribuições e recorrentes situações de desvio de função. Os autores alertam ainda a escassez de recursos humanos especializados e o baixo investimento das redes de ensino resultam em contratação de profissionais sem qualificação adequada, o que frequentemente leva à judicialização das demandas por apoio escolar.

Nessa mesma direção, Ziliotto e Burchert (2020) destacam que a atuação do profissional de apoio é marcada pela ausência de reconhecimento e de regulamentação clara. Em muitas escolas, a função é exercida por estagiários ou monitores sem formação específica em educação inclusiva, o que restringe sua atuação a acompanhamentos individuais e adaptações de materiais, sem promover a participação ativa do estudante no coletivo da turma. As autoras apontam que essa prática contribui para a fragmentação da proposta inclusiva, na medida em que o atendimento tende a se concentrar exclusivamente na figura do profissional de apoio, dificultando a articulação com o coletivo escolar e enfraquecendo as ações interdisciplinares previstas nas políticas nacionais.

Ambos os estudos revelam, portanto, um descompasso significativo entre o que preveem as legislações vigentes – especialmente a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) – e a realidade observada nas instituições escolares brasileiras. Diante desse cenário, torna-se fundamental avançar na regulamentação das atribuições do profissional de apoio, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 12.686/2025, assegurando não apenas sua presença, mas também sua valorização, formação adequada e integração efetiva às equipes multiprofissionais. Somente dessa forma será possível assegurar práticas inclusivas consistente e um atendimento que respeite a diversidade e promova a participação de todos os estudantes.

3.3 Categoria 3: Estratégias Pedagógicas e Inclusão Efetiva

A última categoria trata das estratégias pedagógicas que favorecem a inclusão, destacando como o trabalho colaborativo entre professores e o uso de práticas diferenciadas podem ampliar a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial.

O estudo de Ribeiro (2022) evidencia que a docência compartilhada entre professores especialistas em educação especial e professores regentes potencializa significativamente a inclusão nos anos finais do ensino fundamental. Sua pesquisa identifica como procedimentos eficazes a flexibilização curricular, a adaptação de materiais pedagógicos e o uso de estratégias diferenciadas que asseguram o acesso, a participação e o desenvolvimento dos estudantes em sala de aula comum.

Os resultados evidenciam que, quando há planejamento conjunto e diálogo constante e corresponsabilidade entre os profissionais envolvidos, as barreiras de aprendizagem são gradualmente superadas, promovendo interações mais ricas e experiências de aprendizagem mais significativas. Ribeiro (2022) ressalta que a consolidação dessas práticas depende do apoio institucional, especialmente no que se refere ao tempo destinado ao planejamento colaborativo e à oferta de formação continuada.

Essas evidências dialogam com os princípios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), ao reforçar que a efetivação do atendimento pedagógico voltado aos estudantes com necessidades educacionais específicas requer ações integradas e coletivas. A autora enfatiza que é necessário superar o modelo tradicional pautado na atuação isolada do professor, promovendo práticas cooperativas que assegurem uma inclusão escolar plena e aprendizagem aprendizado efetivo de todos os alunos.

A análise das três categorias evidencia que a atuação do professor de apoio nos anos finais do ensino fundamental está diretamente condicionada à qualidade de formação oferecida, à organização e valorização de suas funções no contexto escolar e à articulação oferecida, à organização e valorização de suas funções no contexto escolar e à articulação de práticas colaborativas que promovam aprendizagens significativas. Os estudos convergem ao demonstrar que, embora haja avanços nas políticas inclusivas, persistem desafios estruturais que impactam o trabalho desses profissionais, exigindo maior investimento em formação continuada, regulamentação clara das atribuições e fortalecimento das ações pedagógicas integradas. Assim, apenas a articulação desses três eixos será possível garantir uma inclusão escolar efetiva e um ambiente que favoreça o desenvolvimento pleno de todos os estudantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa alcançou o objetivo de analisar as políticas educacionais, legislações e práticas referentes à atuação dos professores de apoio na educação inclusiva voltada aos anos finais do ensino fundamental. A partir do levantamento bibliográfico e documental realizado entre 2020 e 2025 foi possível identificar que, embora haja avanços normativos relevantes, persistem fragilidades significativas na formação continuada dos profissionais, na delimitação das atribuições e nas condições de trabalho oferecidas pelas redes de ensino. Verificou-se que a formação destinada aos professores de apoio ainda não contempla de maneira suficiente as demandas específicas dessa etapa da escolarização, o que impacta diretamente a eficácia de sua atuação no processo de inclusão.

Os estudos analisados evidenciaram desafios como a sobrecarga de funções, atuação multifuncional, ausência de regulamentação clara e suficiente articulação entre as equipes pedagógicas e multiprofissionais – fatores que, em muitos casos, culminam na judicialização das demandas por apoio escolar. Por outro lado, práticas colaborativas como a docência compartilhada e o planejamento conjunto entre professores regentes e especialistas, mostraram-se estratégias eficazes para ampliar o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial.

Diante desse panorama, reforça-se a necessidade de políticas públicas integradas que promovam a valorização e a formação específica do professor de apoio, bem como regulamentem de forma objetiva suas funções. Recomenda-se maior investimento em formação continuada voltada para os anos finais do ensino fundamental, a ampliação de estratégias pedagógicas colaborativas e fortalecimento do apoio institucional às escolas para viabilizar práticas inclusivas de qualidade. Ademais, sugere-se que pesquisas futuras abordem formas mais efetivas de integração entre equipes multiprofissionais e aprofundem a compreensão sobre as barreiras enfrentadas pelos professores de apoio, de modo a subsidiar ações que consolidem práticas verdadeiramente inclusivas e equitativas no contexto escolar brasileiro.

Ao integrar nos achados da revisão de literatura e na análise documental aos objetivos propostos, esta pesquisa evidencia que somente o compromisso real com a valorização profissional e com políticas inclusivas consistentes será capaz de

transformar o cotidiano escolar e promover, de fato, o direito à educação de qualidade para todos.

5 REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 2011. 229 p.

BISPO, Solange. **Autoeficácia de professores de estudantes com Transtornos do Espectro Autista do Ensino Fundamental II e Médio'** 26/03/2023 116 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Marília), Marília Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências / UNESP - Campus de Marília. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13732227 Acesso em: Outubro de 2025.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Que é Educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 out. 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.686-de-20-de-outubro-de-2025-663689628> Acesso em: outubro de 2025.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2.614, de 2024**. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/Ato_2023_2026/2024/PL/pl-2614.htm Acesso em: agosto 2025.

BRASIL. Lei Nº. 13.146/2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: agosto 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/descontinuado/pnee.pdf> Acesso em: agosto 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: agosto 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: agosto 2025.

CARVALHO, Maria Celeste Neves. **Professores de apoio Educativo**: Mediadores? Como? Quando? Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Universidade de Lisboa, 2009.

DURKHEIM. E. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos De Pesquisa**. 5.ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

JIMÉNEZ, Rafael Batista. **Modalidade de escolarização**. A classe especial e a classe de apoio. Necessidades educativas especiais. Lisboa: Dina livro, 1997.

LOPES, Mariana Moraes; MENDES, Enicia Gonçalves. **Profissionais de apoio à inclusão escolar: motivos para demandas e atribuições**. Olhar de Professor, Ponta Grossa, v. 24, p. 1-18, e-19649.087, 2021. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor>. Acesso em: outubro de 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

PEREIRA NETO, Eloi Alexandre. **A Ambivalência do Papel do Professor de Apoio Permanente em Salas Regulares do Ensino Fundamental.** Universidade Estadual de Londrina. Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia, Londrina, 2009.

RIBEIRO, Kelly Maria Lopes. **Procedimentos de Ensino Utilizados Por Professores Especialistas No Atendimento Educacional (Pae) à Alunos com Transtorno do Espectro Autista em Docência Compartilhada.** Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Estadual Do Centro-Oeste, Guarapuava, 2022 Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13577614 Acesso em: Outubro de 2025.

SILVA, Karla Fernanda Wunder da; MACIEL, Rosângela Von Mühlen. **Inclusão escolar e a necessidade de serviços de apoio: como fazer?** Centro de Educação da UFSM/RS. Revista Educação Especial, n.26, 2005.

SILVA, Thays Nayara Frazao. **Formação Continuada da Educação Especial para Professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental: uma proposta com ênfase nas práticas pedagógicas inclusivas na UEB** Jornalista Neiva Moreira. Mestrado Profissional em Gestão de Ensino da Educação Básica Instituição de Ensino: Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14946169 Acesso em: Outubro de 2025.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: Um guia para Educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

ZILIOOTTO, Denise Macedo; BURCHERT, Amanda. **O profissional de apoio e a inclusão de alunos público-alvo da educação especial.** Roteiro, Joaçaba, v. 45, p. 1-24, jan./dez. 2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/roteiro/v45/2177-6059-roteiro-45-e21096.pdf>. Acesso em: outubro de 2025.